

Casa dos Ventos
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2022.**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 11 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Acionistas e Administradores da
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.**
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

L.000

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Passivo | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.845 | 8.081 | Fornecedores nacionais | 10 | 53.900 | 38.986 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 42.735 | 60.290 | Obrigações fiscais | | 4.556 | 6.369 |
| Impostos a recuperar | | 8.646 | 644 | Obrigações trabalhistas | | 3.021 | 3.595 |
| Estoques | | 1.053 | 1.177 | Compromissos futuros | 11 | 69.874 | - |
| Adiantamentos a fornecedores | | 1.080 | 551 | Outras obrigações | 12 | 1.888 | 257 |
| Valor justo dos contratos de energia | 20 | 75.825 | 30.461 | Obrigações com arrendamentos | 9 | 9.042 | 1.421 |
| Outros créditos | 7 | 4.261 | 4.134 | Valor justo dos contratos de energia | 21 | 66.338 | 24.861 |
| Partes relacionadas | 18 | 4.952 | 4.238 | | | | |
| Total do Ativo Circulante | | 140.397 | 109.575 | Total do Passivo Circulante | | 208.619 | 75.488 |
| Aplicações financeiras | 5 | 63.745 | - | Outras obrigações | 12 | 3.892 | 4.360 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 5.625 | 5.625 | Obrigações com arrendamentos | 9 | 15.228 | 7.475 |
| Depósitos judiciais | | 1.421 | 1.606 | Valor justo dos contratos de energia | 21 | 19.304 | 10.640 |
| Outros créditos | 7 | 2.964 | 3.336 | Tributos diferidos | | 3.821 | - |
| Valor justo dos contratos de energia | 20 | 29.276 | 4.962 | Total do Passivo Não circulante | | 42.245 | 22.475 |
| Tributos diferidos | | - | 24 | Total do Passivo | | 250.864 | 97.963 |
| Realizável a longo prazo | | 103.032 | 15.553 | Patrimônio líquido | | | |
| Investimentos | 8 | 4.184 | 4.125 | Capital social | 13 | 156.213 | 156.213 |
| Imobilizado | 9 | 119.780 | 77.652 | Prejuízos acumulados | | (35.097) | (38.227) |
| Intangível | | 4.587 | 9.044 | Total do Patrimônio líquido | | 121.116 | 117.986 |
| | | 128.551 | 90.821 | | | | |
| Total do Ativo Não Circulante | | 231.583 | 106.374 | | | | |
| Total do Ativo | | 371.980 | 215.949 | Total do Passivo e Patrimônio líquido | | 371.980 | 215.949 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|----------------------------|------------------------------|
| Receita operacional líquida | 14 | <u>358.133</u> | <u>332.675</u> |
| Custos operacionais | 15 | (311.596) | (292.889) |
| Lucro bruto | | <u>46.537</u> | <u>39.786</u> |
| Despesas gerais ou administrativas | 16 | (56.989) | (36.824) |
| Resultado do valor justo de contratos de energia | 21 | 19.537 | (7.899) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | 17 | <u>3.210</u> | <u>(5.630)</u> |
| Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos | | <u>12.295</u> | <u>(10.567)</u> |
| Receitas financeiras | 18 | 6.585 | 1.506 |
| Despesas financeiras | 18 | <u>(12.456)</u> | <u>(1.120)</u> |
| Resultado financeiro líquido | | <u>(5.871)</u> | <u>386</u> |
| Resultado antes dos tributos sobre lucro | | <u>6.424</u> | <u>(10.181)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 22 | (344) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 22 | <u>(2.950)</u> | <u>2.334</u> |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | <u><u>3.130</u></u> | <u><u>(7.847)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Energias Renovaveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado do exercício | <u>3.130</u> | <u>(7.847)</u> |
| Outros resultados abrangentes - ORA | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente total | <u>3.130</u> | <u>(7.847)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Energias Renovaveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | Nota | Capital social | Capital a integralizar | Prejuízos acumulados | Total |
|---|------|----------------|------------------------|----------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 169.215 | (8.822) | (30.380) | 130.013 |
| Capital integralizado | | - | 25.820 | - | 25.820 |
| Aumento de capital subscrito | | 20.000 | (20.000) | - | - |
| Redução de capital subscrito | | (30.000) | - | - | (30.000) |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (7.847) | (7.847) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 159.215 | (3.002) | (38.227) | 117.986 |
| Destinação do lucro: | | | | | |
| Lucro do exercício | 12 | - | - | 3.130 | 3.130 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 159.215 | (3.002) | (35.097) | 121.116 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------|------------------|-----------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | 3.130 | (7.847) |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação e amortização | 17 | 21.229 | 13.542 |
| Valor justo dos contratos de energia | 21 | (19.537) | 7.899 |
| Pis e Cofins diferidos | - | 894 | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | 22 | 2.950 | (3.065) |
| Juros sobre arrendamento | 9 | 1.941 | - |
| Juros compromissos futuros | 11 | 9.873 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | 21 | 344 | - |
| | | 20.824 | 10.529 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Contas a receber de clientes | | 17.554 | (26.428) |
| Impostos a recuperar | | (8.004) | (11) |
| Estoques | | 127 | (640) |
| Depósitos judiciais | | 185 | (460) |
| Adiantamentos a fornecedores | | (529) | (94) |
| Outros créditos | | 243 | (1.667) |
| Fornecedores | | 14.914 | 25.586 |
| Obrigações trabalhistas | | (573) | 3.315 |
| Obrigações fiscais | | (1.812) | 1.641 |
| Outras obrigações | | 1.164 | 1.918 |
| Partes relacionadas - outros créditos | | (714) | - |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | 43.380 | 13.689 |
| Impostos pagos sobre o lucro | | (344) | - |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 43.036 | 13.689 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | (63.745) | - |
| Aumento de capital em investimentos | 8 | (60) | (266) |
| Aquisição de imobilizado | 9 | (63.993) | (28.718) |
| Baixa de imobilizado | | 24.656 | - |
| Aquisição de intangível | | (265) | (1.289) |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | (103.407) | (30.273) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Aumento/integralização de capital | | - | (4.180) |
| Partes relacionadas | | - | 354 |
| Compromissos futuros | 11 | 60.001 | - |
| Pagamento de arrendamento | 9 | (5.865) | (3.421) |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento | | 54.136 | (7.247) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | (6.236) | (23.831) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4 | 8.081 | 32.010 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 4 | 1.845 | 8.081 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | (6.236) | (23.929) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A (“Companhia”), com sede em Maracanaú, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, Sala 237- Distrito Industrial, estado do Ceará, foi constituída em 13 de abril de 2009 constituída sob a forma de capital fechado, tendo por objeto social a comercialização de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação, incluindo a compra e venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação em quaisquer destas operações, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria e assessoria na negociação de projetos eólicos e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade; a participação, como sócia ou acionista do capital de outras sociedades ou empreendimentos; comercialização de produtos e equipamentos adquiridos de terceiros.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 75.975.042 (2021: positivo de R\$ 34.088.644). A situação do capital circulante líquido negativo, é em função do adiantamento de clientes referente a comercialização de energia que será revertido no momento do seu faturamento.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11** – valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11**– valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento.
- **Nota 09** – vida útil do ativo imobilizado;

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seus valores justos quando requerido pelas normas.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, outros créditos e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras obrigações.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado pelo regime de lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia possui portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 (IFRS 9) e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e também, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE.
- Margem de risco no fornecimento;
- Preço de mercado projetado no período de disponibilidade;

- Tipo de fonte de energia; e
- Tendências.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos da Companhia são classificados como “Nível 3”.

2.12 Arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 7,84% a.a em 2021 e 9,17% a.a em 2022.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuados em cada contrato.

2.13 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23);

- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC26).

(i) Gerenciamento de risco

Negócios estão sujeitos a riscos, tais como operacional, de crédito, de liquidez, mercado, taxa de câmbio e taxa de juros. Os riscos a que a Companhia está sujeita devem ser gerenciados para subsidiar a tomada de decisão pelos administradores.

O gerenciamento desses riscos depende da existência de estruturas, processos, mecanismos e controles internos para conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Companhia possui metodologia própria para análise criteriosa da capacidade de pagamento dos clientes, onde é atribuído limite de crédito para realizações de operações. A metodologia engloba a atribuição de crédito, monitoramento e gerenciamento das exposições. Em operações mais longas ou com início de suprimento no ano a frente, geralmente, são solicitadas garantias.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preços de mercado. Para produtos mais longos e menos líquidos a Companhia aplica uma penalização de saída da posição, assim a mesma tem conhecimento do risco associado às exposições energéticas. A Companhia mantém nível de caixa adequado para garantir o cumprimento com suas obrigações presentes e futuras através de negociação de contratos de energia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é devido às oscilações dos preços de energia referente à cada maturidade. As oscilações dos preços ocorrem principalmente devido às premissas elétricos, energéticos e liquidez.

A Companhia possui metodologia própria para identificar o risco de mercado em condições normais e em condições de estresse, assim a Companhia tem conhecimento das perdas potenciais e realiza ações quando identificado como necessário. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e definidos pela metodologia, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

3 Caixas e equivalentes de caixa

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Fundo fixo | 267 | 265 |
| Bancos conta movimento | 53 | 836 |
| Aplicação financeira (a) | 1.525 | 6.980 |
| Total | 1.845 | 8.081 |

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários, junto aos Bancos Votorantim e Safra remunerados respectivamente por 91% e 87% do CDI em 31 de dezembro de 2022, e Banco ABC Brasil remunerados entre 70% e 98% do CDI em 31 de dezembro de 2021 com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Aplicações financeiras

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------|---------------|------------|
| Aplicação financeira (a) | 63.745 | - |
| Total | 63.745 | - |

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas em SALUS-Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP em conta de fundo de liquidez constituído por meio de boletim de subscrição de quotas celebrado com a instituição financeira em 14 de julho de 2022, onde foram subscritas 11,769743950 quotas a valor nominal de R\$ 5.098. Conforme o regulamento do fundo, todos os riscos associados ao investimento no Fundo, inclusive sua política de investimentos, a possibilidade de ocorrência de liquidez significativamente baixa foi considerados.

Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 14,68% no ano de 2022.

5 Contas a receber de clientes

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------|---------------|
| Clientes nacionais (a) | 40.907 | 55.214 |
| Outras contas a receber de clientes (a) | 1.828 | 5.076 |
| Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (b) | 5.625 | 5.625 |
| Total | 48.360 | 65.915 |
| Circulante (a) | 42.735 | 60.290 |
| Não circulante (b) | 5.625 | 5.625 |

- (a) A Companhia registrou no ativo circulante montante de R\$ 42.735 (R\$ 60.290 em 2021) decorrente da comercialização de energia, venda de equipamentos e prestação de serviços.
- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 (R\$ 5.625 em 2021) do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é quando o parque entrar em operação.

Do valor total do Contas a Receber, 98,5% tem vencimento em 30 dias, sendo que esses valores não possuem risco considerável de quitação e por isso a Companhia não entendeu ser necessária a elaboração de provisão para perda com a recuperação do contas a receber, visto que não há histórico de perdas.

6 Outros créditos

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Cessão de direitos creditórios (a) | 2.502 | 3.335 |
| Valores a receber - Energimp (b) | 899 | 2.099 |
| Outros créditos (c) | 3.824 | 2.035 |
| Total | 7.225 | 7.469 |
| Circulante | 4.261 | 4.134 |
| Não circulante | 2.964 | 3.335 |

- (a) Aquisição de direitos referentes a contratos de arrendamentos, os quais transferem fluxos de recebimentos à utilização da propriedade do vendedor para a Casa dos Ventos. Os saldos serão realizados através de recebimentos mensais, durante um período médio de 20 a 25 anos.
- (b) Acordo celebrado entre a Casa dos Ventos e Energimp, com o objetivo de resolver as divergências e pretensões que tinham como objeto da arbitragem: (i) decretação da resolução dos contratos dos segundos contratos de cessão por inadimplemento contratual; (ii) a declaração de nulidade ou de inaplicabilidade da cláusula quarta dos segundos contratos de cessão; (iii) a condenação das partes Energimp ao pagamento da remuneração estabelecida nos segundos contratos de cessão; e (iv) a condenação das partes Energimp ao pagamento de indenização por perdas de danos ("arbitragem"). o valor foi recebido parcialmente em outubro de 2020, sendo o restante em 36 parcelas iguais.
- (c) Refere-se a créditos com funcionários, despesas antecipadas..

7 Investimentos

A Companhia mantém investimentos em projetos eólicos conforme abaixo, não havendo consolidação de balanço visto que a participação desse investimento corresponde a um percentual de 2% e estão avaliados a valor de custo.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--------------|--------------|
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A | 4.184 | 4.125 |
| | 4.184 | 4.125 |

A movimentação dos investimentos da Companhia foi conforme segue:

| | 2021 | Aumento de capital | Baixas | 2022 |
|---|--------------|--------------------|----------|--------------|
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A | 4.125 | 60 | - | 4.184 |
| | 4.125 | 60 | - | 4.184 |

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

| | Taxa de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|---------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|
| Fazendas | - | 22.547 | - | 22.547 | 22.497 |
| Edificações | 3,33 a 4% | 3.190 | (503) | 2.686 | 2.814 |
| Instalações | 10% | 888 | (381) | 507 | 263 |
| Máquinas e equipamentos | 1.85 a 16,67% | 18.591 | (4.297) | 14.294 | 9.933 |
| Equipam. de processamento de dados | 20% | 8.089 | (4.417) | 3.673 | 3.310 |
| Veículos | 20% | 21.429 | (7.747) | 13.682 | 10.325 |
| Móveis e utensílios | 6,25% | 7.145 | (2.337) | 4.808 | 3.910 |
| Ferramentas | 10% | 131 | (88) | 43 | 64 |
| Direito de uso | - | 34.910 | (13.510) | 21.400 | 7.669 |
| Torres anemométricas | 10% | 36.496 | (9.097) | 27.400 | 9.515 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 10% | 9.516 | (4.859) | 4.657 | 2.688 |
| Torres solarimétricas | 10% | 38 | (2) | 35 | 39 |
| Imobilizado em andamento | - | 3.275 | - | 3.275 | 2.115 |
| Projetos | - | 773 | - | 773 | 2.510 |
| Total | - | 167.018 | (47.238) | 119.780 | 77.652 |

b. Movimentação do imobilizado

| | 2021 | Adições | Transferências | Baixas | Depreciação | 2022 |
|------------------------------------|---------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Bens em operação | | | | | | |
| Fazendas | 22.498 | - | 50 | - | - | 22.547 |
| Máquinas e equipamentos | 9.933 | 578 | 7.300 | (2.133) | (1.383) | 14.294 |
| Veículos | 10.325 | 1.203 | 7.080 | (1.302) | (3.625) | 13.682 |
| Móveis e utensílios | 3.909 | 798 | 1.644 | (870) | (675) | 4.808 |
| Equipam. de processamento de dados | 3.309 | 48 | 1.440 | (7) | (1.119) | 3.673 |
| Instalações | 263 | - | 330 | (2) | (83) | 507 |
| Torres anemométricas | 9.515 | 392 | 30.493 | (10.727) | (2.273) | 27.400 |
| Torres solarimétricas | 39 | - | 25 | (26) | (3) | 35 |
| Ferramentas | 64 | - | - | (8) | (13) | 43 |
| Obras civis | 2.813 | - | - | - | (127) | 2.686 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 2.688 | - | 3.632 | (25) | (1.638) | 4.657 |
| Direito de uso (a) | 7.669 | 19.298 | - | - | (5.567) | 21.400 |
| Torres anemométricas em andamento | 2.116 | 15.524 | (6.982) | (7.381) | - | 3.275 |
| Projetos | 2.511 | - | - | (1.737) | - | 773 |
| Compensação técnica | - | 45.450 | (45.012) | (438) | - | - |
| Total | 77.652 | 83.291 | - | (24.656) | (16.506) | 119.780 |

(a) Adição do direito de uso não teve efeito caixa no exercício.

| | 2020 | Adições | Transferências | Baixas | Depreciação | 2021 |
|------------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------|-------------------------|------------------------|----------------------|
| Bens em operação | | | | | | |
| Fazendas | 19.361 | 29.291 | - | (26.154) | - | 22.498 |
| Máquinas e equipamentos | 6.482 | 66.748 | - | (62.190) | (1.107) | 9.933 |
| Veículos | 5.046 | 34.800 | - | (27.059) | (2.462) | 10.325 |
| Móveis e utensílios | 2.929 | 5.929 | - | (4.485) | (464) | 3.909 |
| Equipam. de processamento de dados | 2.213 | 8.040 | - | (6.133) | (811) | 3.309 |
| Instalações | 229 | 561 | - | (476) | (50) | 263 |
| Comunicação e telefonia | - | - | - | - | - | - |
| Torres anemométricas | 4.779 | 11.424 | - | (4.980) | (1.708) | 9.515 |
| Torres solarimétricas | 16 | 55 | - | (30) | (2) | 39 |
| Ferramentas | 80 | 153 | - | (154) | (15) | 64 |
| Obras civis | 2.941 | 3.189 | - | (3.189) | (128) | 2.813 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 3.363 | 926 | - | (57) | (1.545) | 2.688 |
| Direito de uso | 8.829 | 68.720 | - | (66.658) | (3.221) | 7.669 |
| Torres anemométricas | 1.669 | 2.371 | - | (1.924) | - | 2.116 |
| Projetos | 2.511 | - | - | - | - | 2.511 |
| Total | <u>60.448</u> | <u>232.209</u> | <u>-</u> | <u>(203.491)</u> | <u>(11.513)</u> | <u>77.652</u> |

(a) As baixas retratadas no quadro acima referem-se a estorno de carga inicial decorrente da implantação do saldo do sistema.

c. Arrendamento

O resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo do exercício de 2022, segue abaixo:

Composição do ativo direito de uso

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------|----------------------|---------------------|
| Saldo inicial | 7.669 | 8.829 |
| Adição | 19.298 | 2.061 |
| Depreciação | (5.567) | (3.221) |
| Total | <u>21.400</u> | <u>7.669</u> |

Obrigações com arrendamento

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------|----------------------|---------------------|
| Saldo inicial | 8.896 | 10.994 |
| Adição | 19.298 | 2.061 |
| Juros incorridos | 1.941 | 775 |
| Pagamentos | (5.865) | (4.934) |
| Total | <u>24.270</u> | <u>8.896</u> |

| | | |
|----------------|--------|-------|
| Circulante | 9.042 | 1.420 |
| Não circulante | 15.228 | 7.475 |

9 Fornecedores nacionais

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Comercialização de energia | 32.162 | 30.360 |
| Imobilizado | 16.729 | 4.394 |
| Assistência médica e odontológica | 364 | 200 |
| Serviço de informática | 692 | 570 |
| Outros fornecedores | <u>3.953</u> | <u>3.462</u> |
| Total | <u>53.900</u> | <u>38.986</u> |

10 Compromissos futuros

Os contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, são classificados como Instrumentos Financeiros, sendo os mesmos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, como descrito na nota 2.3. No exercício findo 31 de dezembro de 2022 possuem as seguintes composições:

| | | |
|--|--|----------------------|
| Contrato Santander Corretora de Seguros | | |
| Pré pagamento | | 60.001 |
| Juros | | <u>9.873</u> |
| Total | | <u>69.874</u> |

11 Outras obrigações

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------|---------------------|---------------------|
| Receita diferida (a) | 3.892 | 4.360 |
| Demais obrigações (b) | <u>1.888</u> | <u>257</u> |
| Total | <u>5.780</u> | <u>4.617</u> |
| Circulante | 1.888 | 257 |
| Não circulante | 3.892 | 4.360 |

(a) Apropriação de receita sobre contratos de cessão de direito de uso.

(b) Trata-se de obrigações a pagar com clientes.

12 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$ 159.215 (R\$ \$ 159.215 em 2021) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

| | <u>31/12/2022</u> | | <u>31/12/2021</u> | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Acionistas | % | Valor | % | Valor |
| Salus Fundo de Investimento em Participações | <u>100,00%</u> | <u>159.215</u> | <u>100,00%</u> | <u>159.215</u> |
| Total | <u>100,00%</u> | <u>159.215</u> | <u>100,00%</u> | <u>159.215</u> |

13 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia decorrem das seguintes fontes: (i) venda de energia elétrica adquirida de terceiros; (ii) arrendamento mercantil - aluguéis; e (iii) prestação de serviço de consultoria para a venda de projetos relacionados à geração de energias alternativas; que estão assim representadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita de venda de energia elétrica adquirida de terceiro | 373.040 | 352.354 |
| Receita de arrendamento mercantil | 14.590 | 11.578 |
| Receita de consultoria empresarial – projetos eólicos | 8.200 | 1.797 |
| (-) Impostos | | |
| PIS | (6.534) | (6.019) |
| COFINS | (30.090) | (27.725) |
| ISS | (166) | (36) |
| ICMS | (13) | (5) |
| PIS e COFINS diferidos | (894) | 731 |
| Total | 358.133 | 332.675 |

14 Custos operacionais

Refere-se a energia comprada para comercialização e consultoria empresarial.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo com consultoria empresarial - projetos eólicos | (4.803) | - |
| Custos com energia comprada para revenda | (306.793) | (292.889) |
| Total | (311.596) | (292.889) |

15 Despesas gerais e administrativas

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------------------|------------------------|
| Consultoria | (23.650) | (20.213) |
| Manutenção, conservação e limpeza | - | (132) |
| Viagens e diárias | (6.690) | (4.412) |
| Serviços prestados pessoa jurídica | (4.647) | (2.616) |
| Salários | (37.510) | (26.200) |
| Aluguel | (1.852) | (1.164) |
| Serviços advocatícios | (996) | (831) |
| Manutenção de veículos | (5.890) | (3.089) |
| Locações de máquinas e equipamentos | (101) | (172) |
| Despesas com propriedades | (295) | - |
| Legais, judiciais e publicações | (544) | (156) |
| Aluguel de veículos | (166) | (1) |
| Seguros | (7) | (4) |
| Publicidade | (529) | (241) |
| Telecomunicações | - | (2.308) |
| Despesas com manutenção | (204) | - |
| Ressarcimentos de compartilhamento de despesas (a) | 60.397 | 47.342 |
| Custo com consultoria empresarial-partes relacionadas (b) | 4.803 | - |
| Bonificações, donativos e contribuições | (117) | (62) |
| Energia elétrica | (273) | (212) |
| Fretes | (145) | (161) |
| Impostos e taxas | (72) | (678) |
| Reparo e manutenção de edifícios e jardins | - | (524) |
| Contribuições para associações de classe | (231) | (258) |
| Materiais de consumo | - | (308) |
| Equipamentos e acessórios para torres | (724) | (302) |
| Peças de reposição mecânica | (67) | (6) |
| Serviços de mão-de-obra terceirizada – PF | (937) | (11) |
| Depreciação e amortização | (21.229) | (13.542) |
| Tributos e contribuições federais | (721) | (585) |
| Tributos e contribuições estaduais | (40) | (413) |
| Tributos e contribuições municipais | (179) | - |
| Processos judiciais | - | (348) |
| Despesa com imóveis | (1.018) | - |
| Despesas com relações com o mercado | (478) | - |
| Despesa com telecomunicações e dados | (2.262) | - |
| Software | (3.312) | - |
| Material de Informática | (141) | - |
| Serviço de manutenção de informática | (4.688) | (4.044) |
| Despesa com escritório (c) | (2.472) | (1.173) |
| Total | <u>(56.989)</u> | <u>(36.824)</u> |

- (a) Refere-se a operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com as SPEs (coligadas do Fundo Salus).
- (b) Refere-se a custo com consultoria empresarial cobrada de SPEs dos parques em operação (coligadas do Fundo Salus).
- (c) Refere-se a despesas com refeições, assinaturas, copa e cozinha, material de expediente, correios, dentre outras despesas operacionais.

16 Outras receitas e despesas operacionais

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Ganho(perda) na alienação de imobilizado | 3.520 | 815 |
| Recuperação de despesas | 566 | - |
| Outras receitas | 144 | 505 |
| | 4.230 | 1.320 |
| Doações | 577 | - |
| Fiança para comercialização de energia | 42 | - |
| Indenização por distrato contratual (a) | 2 | (6.950) |
| Outras despesas | 399 | - |
| | (1.020) | (6.950) |
| Outras despesas/receitas líquidas operacionais | 3.210 | (5.630) |

(a) Despesa com indenização referente à Distrato de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica

17 Resultado financeiro

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------|----------------|
| Rendimento sobre aplicação | 5.627 | 280 |
| Descontos obtidos | 1 | 27 |
| Variação cambial | 117 | 28 |
| Outras receitas financeiras (a) | 832 | 1.165 |
| Juros sobre mútuos (a) | 8 | 5 |
| | 6.585 | 1.506 |
| Juros com operações financeiras | - | (101) |
| Juros sobre operações com fornecedores | (1) | (782) |
| Juros sobre impostos e contribuições | - | (21) |
| Juros/IOF sobre mútuos | - | (13) |
| Juros com contratos de aluguéis | (1.942) | - |
| Juros compromissos futuros | (9.873) | - |
| IOF | (95) | - |
| Taxas bancárias | (30) | - |
| Multas e juros passivos | (327) | - |
| Variação cambial | (188) | (203) |
| | (12.456) | (1.120) |
| Total | (5.871) | 386 |

(a) Referem-se às receitas financeiras decorrentes das seguintes operações: (i) Receita de cessão de direito de uso no valor de R\$ 832; (ii) Juros sobre mútuo no valor de R\$ 8.

18 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

| | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Ativo não circulante | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Crédito compartilhamento (a) | 4.952 | 4.238 |
| Resultado | | |
| Ressarcimentos de compartilhamento de despesas | <u>60.397</u> | <u>47.342</u> |
| | <u>65.349</u> | <u>51.580</u> |

(a) Valor refere-se a crédito com compartilhamento de despesas.

Remuneração da Administração

Os Diretores, ora nomeados, exercerão seus respectivos cargos sem qualquer remuneração.

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

| | <u>31/12/2022</u> | | <u>31/12/2021</u> | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Caixas e equivalentes de caixa | 1.845 | 1.845 | 8.081 | 8.081 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 63.745 | 63.745 | - | - |
| Contas a receber | 48.360 | 48.360 | 65.915 | 65.915 |
| Outros créditos | 7.225 | 7.225 | 11.707 | 11.707 |
| Valor justo dos contratos de energia – Ativo | 105.101 | 105.101 | 35.423 | 35.423 |
| Fornecedores | (53.900) | (53.900) | (38.986) | (38.986) |
| Compromissos futuros | (69.874) | (69.874) | - | - |
| Outras obrigações | (5.780) | (5.780) | (4.617) | (4.617) |
| Valor justo dos contratos de energia - Passivo | <u>(85.642)</u> | <u>(85.642)</u> | <u>(35.501)</u> | <u>(35.501)</u> |
| Total | <u>11.080</u> | <u>11.080</u> | <u>42.022</u> | <u>42.022</u> |

Todos os instrumentos financeiros da Companhia apresentam valores contábeis aproximados de seus valores justos, avaliados pelo custo histórico, exceto “Valor Justo de Contrato de Energia”, pelo valor justo por meio do resultado (nível 3) – Nota Explicativa 2.11.

20 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são as seguintes:

| | 31/12/2022 | Reconhecimento do período | Realizado provisão do período anterior | 31/12/2021 |
|---|-------------------|----------------------------------|---|-------------------|
| Ativo | | | | |
| Ganho temporário - Circulante | 75.825 | 75.825 | (30.461) | 30.461 |
| Ganho temporário - Não circulante | 29.276 | 29.276 | (4.962) | 4.962 |
| | 105.101 | 105.101 | (35.423) | 35.423 |
| Passivo | | | | |
| Perda temporária - Circulante | (66.338) | (66.338) | 24.861 | (24.861) |
| Perda temporária - Não circulante | (19.304) | (19.304) | 10.640 | (10.640) |
| | (85.642) | (85.642) | 35.501 | (35.501) |
| Resultado do valor justo de contrato de energia | 19.537 | 19.459 | 78 | (78) |
| | 31/12/2021 | Reconhecimento do período | Realizado provisão do período anterior | 31/12/2020 |
| Ativo | | | | |
| Ganho temporário - Circulante | 30.461 | 30.461 | (20.377) | 20.377 |
| Ganho temporário - Não circulante | 4.9662 | 4.962 | (5.391) | 5.391 |
| | 35.423 | 35.423 | (25.768) | 25.768 |
| Passivo | | | | |
| Perda temporária - Circulante | (24.861) | (24.866) | 17.443 | (17.443) |
| Perda temporária - Não circulante | (10.640) | (10.640) | 503 | (503) |
| | (35.501) | (35.501) | 17.946 | (17.946) |
| Resultado do valor justo de contrato de energia | (7.899) | (78) | (7.822) | 7.822 |

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2022. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo em 2031.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

Sobre o resultado do valor justo dos contratos de energia, considerando o estorno da provisão do período anterior R\$ 78 mais a provisão do período R\$ 19.459, resultou um saldo final em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 19.537.

21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou Lucro de R\$ 3.130 (2021: prejuízo de R\$ 7.847).

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 6.424 | (10.181) |
| Adições temporárias e permanentes | 13.584 | 13.412 |
| Exclusões temporárias e permanentes | <u>(18.462)</u> | <u>(7.510)</u> |
| | <u>(4.878)</u> | <u>5.902</u> |
| Lucro real | 1.546 | (4.279) |
| (-) Compensação | (463) | - |
| Lucro tributável | 1.083 | - |
| IPPJ/CSLL Vigente (24%) | 260 | - |
| Adicional IRPJ (10%) | 84 | - |
| Alíquota efetiva | <u>5,35%</u> | <u>-</u> |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | <u>344</u> | <u>(4.279)</u> |

(a) Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

| | 31/12/2022 | Reconhecimento do período | Reversão período anterior | 31/12/2021 |
|--|---------------------|--------------------------------------|--|---------------------|
| Imposto de renda diferido | 2.160 | 2.160 | (1.689) | 1.689 |
| Contribuição social diferido | <u>790</u> | <u>790</u> | <u>(645)</u> | <u>645</u> |
| Imposto de renda e Contribuição social diferido | <u>2.950</u> | <u>2.950</u> | <u>(2.334)</u> | <u>2.334</u> |

| | 31/12/2022 | Reconhecimento do período | Reversão período anterior | 31/12/2021 |
|---|---------------------|--------------------------------------|--|-----------------------|
| Valor justo do contas a receber | 105.104 | 105.104 | (35.423) | 35.423 |
| Valor justo do contas a pagar | <u>(85.642)</u> | <u>(85.642)</u> | <u>35.501</u> | <u>(35.501)</u> |
| Resultado do valor justo dos contratos de energia | 19.537 | 19.459 | 78 | (78) |
| Pis e Cofins diferidos (9,25%) | 9,25% 871 | 871 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 34% 2.950 | 2.950 | 2.334 | (2.334) |
| Impostos diferidos | <u>3.821</u> | <u>3.821</u> | <u>3.064</u> | <u>(3.064)</u> |

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais a compensar:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Prejuízos fiscais | (6.412) | (6.877) |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi constituído ativo diferido sobre prejuízo fiscal pois a Companhia ainda não está gerando lucro tributável.

22 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não havia contingências cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Os valores provisionados em 31 de dezembro de 2021, foram liquidados no exercício de 2022.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 150 | 150 |
| Provisões do período 2022 | - | 348 |
| Baixas de provisões 2022 | (150) | (348) |
| Saldo Final | - | 150 |

A composição das contingências passivas envolvendo questões cíveis, trabalhistas, ambientais e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda para os quais nenhuma provisão foi constituída, baseado nas práticas contábeis vigentes é como segue:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Natureza | | |
| Cíveis | - | 30 |
| Trabalhistas (a) | 289 | 122 |
| Tributária (b) | 32.857 | - |
| Ambiental | - | 19.160 |
| Administrativo | - | 29.959 |
| Total | 33.146 | 49.271 |

- (a) Processo Tribunal Regional do Trabalho contra Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A, de natureza trabalhista.
- (b) Processos Prefeitura Municipal do Morro do Chapéu contra Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A, de natureza tributária, valor R\$ 75.371 e Receita Federal do Brasil contra Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A, de natureza tributária, valor R\$ 32.781.559.